

VOZES LIBERTÁRIAS EM ÁFRICA PORTUGUESA NAS MEMÓRIAS DE LÍDERES COMBATENTES DE ANGOLA E CABO VERDE

Artur Monteiro Bento¹

Resumo:

Este artigo analisa memórias da libertação de Angola e Cabo Verde, com base em documentos primários legados por líderes combatentes. O universo da pesquisa é formado por dois líderes: Agostinho Neto (angolano), fundador do Movimento para Libertação de Angola (MPLA) e Pedro Pires (cabo-verdiano), em representação do Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Os dados são analisados, utilizando-se o referencial teórico da memória e história, a fim de suscitar o debate em torno da atuação dos combatentes que atuavam como veículos de divulgação de propostas internacionalistas revolucionárias, considerados os maiores ícones africanos.

Palavras-chave: História; Combatentes, Libertação, África.

Abstract:

This article analyzes memories of the liberation of Angola and Cape Verde, based on primary documents bequeathed by combatant leaders. The research universe is formed by two leaders: Agostinho Neto (Angolan), founder of the Movement for the Liberation of Angola (MPLA) and Pedro Pires (Cape Verdean), representing Amílcar Cabral, founder of the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC). The data are analyzed using the theoretical reference of memory and history, in order to stimulate the debate about the performance of the combatants who served as vehicles for the dissemination of revolutionary internationalist proposals, considered the greatest African icons.

Keywords: History; Combatants, Liberation, Africa.

¹ Doutor em Memória Social pelo PPGMS/UNIRIO, com estágio pós-doutoral no PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, na categoria de pesquisador colaborador/FAPERJ (2010-2015). Professor doutor no departamento de Psicologia da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) desde 2018. Editor independente e autor de livros (8), além de vários artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais. Teorizou o conceito “Memória Híbrida” no PPGMS/UNIRIO, sob orientação da professora doutora Josaida Gondar, instrumento teórico para pensar a identidade mestiça cabo-verdiana, podendo servir para repensar o surgimento de grupos étnicos na contemporaneidade, pautados na reivindicação de uma raiz unívoca que não leva em consideração a diversidade e a alteridade. E-mail: artur-bento@hotmail.com; artur.bento@docente.unicv.edu.cv

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a memória da luta pela libertação da África, a partir da análise de documentos legados por líderes combatentes para as independências de Angola e Cabo Verde. Busca, ainda, compreender, os objetivos da luta do PAIGC e do MPLA, nas vozes do Pedro Pires e do Agostinho Neto, tendo como eixo a memória e a história.

Vale ainda ressaltar que a opção pela memória na modalidade de história decorre não só do seu significado enquanto alternativa de apreensão do real, mas fundamentalmente, pelas possibilidades de compreensão de conceitos, estratégias, ações políticas e éticas, dentre outras, que, no contexto da luta armada revolucionária do povo são mantidos à margem e sem visibilidade social.

A partir desta lente, torna-se legítimo discutir e apontar a relevância da libertação e independências em África portuguesa, no contexto da opressão secular do sistema colonial português. Portanto, este artigo, além de constituir um espaço teórico de reflexão, contribui também para a construção de conhecimentos sobre a história africana moderna. Agrega-se, ainda, a intenção, de forma precípua, contribuir na formação nacional e de pesquisadores interessados na historiografia africana.

O processo de libertação nacional para as independências

No contexto especializado a que este artigo se refere, a opressão colonial e a discriminação racial imposta aos africanos por Salazar estão na origem dos movimentos de libertação nacional de cunho nativista. No sentido da luta armada, os estudos de Melo e Bittencourt (2012) apontam que os estudantes africanos que se encontravam na Europa colaboraram para a disseminação do pensamento nacionalista, que, posteriormente, evoluíram para as independências de seus países. Consideram, ainda, que a Casa dos Estudantes do Império (CEI), criada em 1944, em Lisboa, que congregava estudantes de todo o ultramar africano de expressão portuguesa, ganhou expressão de luta contra o colonialismo e o imperialismo. Mais a frente, o Clube Marítimo Africano (CMA) fundado em Lisboa, em 1954, clube desportivo, recreativo e cultural, organizado por trabalhadores de origem africana que atuavam na Marinha Mercante portuguesa e por membros da CEI, facilitaram o aprofundamento da africanidade, ao qual se estabelecia o ideal da formação dos estados nacionais.

No decorrer da luta pela libertação de Angola e Cabo Verde, ao analisar a documentação, podemos verificar que tanto o Agostinho Neto quanto o Amílcar Cabral fizeram parte das organizações acima referidas, e teriam como orientação, a partir dos anos de 1950: (a) luta armada; (b) independência; (c) africanidade; (d) estado nacional; (e) socialismo; (f) partido único.

Como procedimento de luta, o Amílcar Cabral e o Agostinho Neto interagem mutuamente projetos, interesses e estratégias de guerra para a libertação dos povos africanos em situação de opressão colonial. A partir dos objetivos da teoria da luta, o Amílcar Cabral, em 1956, tinha constituído um quartel general clandestino na Guiné Bissau. Em 1960, o PAIGC saiu da clandestinidade e instalou a sua sede na Guiné Conacri, de onde partiriam, a partir de 1963, as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) para atacar as forças coloniais na Guiné Bissau, conforme mencionado na sigla do PAIGC: libertação da Guiné e Cabo Verde. Quanto ao MPLA, fundado em 1956, o documento da PIDE, “refere-se ter o MPLA constituído um Governo no exílio, com sede provavelmente, em Dar-Es-Salam. Agostinho Neto e o seu governo deslocar-se-iam frequentemente a Angola, consoante conveni-

ências de momento, ditadas pela evolução da guerra” (Torre do Tombo/Arquivo Salazar. Comando-Chefe das Forças Armadas em Angola. Doc. nº 22/68, 29OUT68. Cf. Moniz, 2018: 95).

Com as sedes instaladas, os dirigentes tanto do PAIGC quanto do MPLA distribuíam entre si, de maneira informal, os cargos e as funções da direção. Em termos de instabilidade nas áreas em combate, que causava derramamentos de sangue, perseguições e prisões arbitrarias, nos sinaliza, em grande parte, a radicalização dos conflitos e, a consequente vitória dos revolucionários. Naturalmente, o debate político e ideológico colocava a centralidade na africanidade, na emancipação, na autonomia política, econômica, social e cultural, à luz de um governo próprio, conforme o artigo 73º da Carta das Nações Unidas.

No contexto de radicalização política da década de 1960, com o avanço dos combatentes da libertação nacional, a PIDE informava que “Angola foi à primeira colônia portuguesa a iniciar a luta armada (em 1961, crivo nosso) pela sua libertação. Fomos obrigados a iniciá-la, declarou [va] Agostinho Neto, visto que os outros meios não deram os resultados esperados” (Torre do Tombo/Arquivo Salazar. Comentários sobre declaração de Agostinho Neto. documento nº 1113JAN69). Esses dados intrínsecos, centralizados na luta pela libertação, indicavam que o “MPLA pretende [ia] conseguir, pela guerra, aquilo que Portugal lhe negou quando, pacificamente, foi pedido” (Torre do Tombo/Arquivo Salazar. Relatório imediato da PIDE nº 128, 26JUN68. Cf. Moniz, 2018: 142).

Configurando-se como espaço de luta e de projeção de um ideal nacionalista, Pedro Pires, primeiro chefe de Governo cabo-verdiano e comandante-chefe da região militar das FARP de 1968 a 1974, justificou a luta armada nos seguintes dizeres:

Face à atitude hostil, repressiva e inflexível de um poder colonial retrógado e irreflexível, restava aos movimentos de libertação uma única via para conquistar a libertação ambicionada: a luta armada, uma guerra de guerrilha popular de longa duração. Esta decisão exigiu audácia e visão estratégica. Pois, pressupunha um processo político-militar de longa duração, em que os movimentos de libertação partiam de uma posição inicial de inferioridade e durante o qual cresceriam, em qualidade e em quantidade, até superarem a influência e a superioridade transitória de que dispunham o poder colonial e as suas forças armadas, para no fim o ultrapassar e derrotar (Pires, 2015: IX).

No contexto em que a luta armada intensificava, “muitos pagaram caro, com as suas próprias vidas, a ousadia de exigir e de bater-se pela liberdade, pela igualdade e pela dignidade para os seus povos africanos, desafiando frontalmente a máquina colonial e a postura de conivência premeditada dos seus aliados internos e internacionais” (PIRES, 2015, p. VII-VIII).

Para os combatentes, a disseminação do ideal nacionalista impactou o projeto do regime colonial português. Um importante passo para a visibilidade, disseminação e consolidação da teoria da luta foi dado, com alianças estratégicas intrínsecas e extrínsecas. Por exemplo, o “MPLA pediu a Rússia que cedesse meios aéreos para transportar a sua organização para a Zâmbia, o que foi em parte aceite, fazendo-se o transporte aéreo apenas até a Tanzânia e o restante por via terrestre” (Torre do Tombo/Arquivo Salazar. Atividades externas do MPLA. Doc. nº603/68-NBA-28MAR68. Cf. MONIZ, 2018, p. 141). Por estar diretamente relacionado a um projeto africano, o Amílcar Cabral e o Marcelo dos Santos apoiaram o Agostinho Neto na “conquista de simpatias sólidas junto aos movimentos argelinos e tanzanianos. O

presidente da Tanzânia Nyerere abre-lhe a rota da frente leste. A Argélia acolhe o grupo do MPLA por conta do nacionalista moderado Mário de Andrade” (MONIZ, 2018, p. 69).

Em termos gerais, a luta armada contava com o apoio de diferentes instituições e movimentos externos, como, por exemplo, do Partido Comunista Português que apelava aos seus militantes o cumprimento do serviço militar obrigatório, inclusive a ida para as colônias, e dos marxista-leninistas que apelavam para a refração, ou mais propriamente a deserção. Nesse sentido, pode-se dizer que o Pedro Pires foi um desertor da Força Aérea Portuguesa, posteriormente, encontrado nas fileiras do PAIGC.

Na análise de Capoco (2013) nota-se uma incidência de jovens estudantes nas fileiras dos combates, entusiasmados pelo clima revolucionário e fortemente influenciado pelo comunismo. Assim, na trilha da guerra “coube a uma pequena elite culta de patriotas africanos, conscientizados por meio do esforço, da busca e da reflexão própria, a árdua e complexa tarefa histórica de desbravar os caminhos e de romper o cerco de silêncio e de conivências que cercava e oprimia os povos colonizados” (Pires, 2015: VII).

Este clima de luta pela libertação esteve estampado no Centro de Estudos Africanos (organização clandestina), criado em 1951, visando o debate dos problemas teóricos da luta pela libertação nacional e pelo papel da cultura no processo de emancipação. As páginas revolucionárias, portanto, indicam que os jovens combatentes haviam aderido ao movimento antifascista e ao Movimento de Unidade Democrática Juvenil. Indicam ainda que o Agostinho Neto e o Amílcar Cabral, entre outros, fizeram parte do Comitê Central desse movimento.

Outro aspecto a ressaltar é a consolidação dos princípios consagrados na teoria da luta, assunto recordado na narrativa de Pires. Observa, ainda, que a violência colonial se assumiu de forma explícita com o início dos conflitos armados, sobretudo, na guerra psicológica, quando os líderes consolidaram o prestígio e a autoridade política, quer interna, quer internacional. No caso do PAIGC, segundo Pires, o objetivo colonial era o de fragmentar a aliança estratégica guineense-cabo-verdiana

a fim de poder vencer, isoladamente, aos guineenses e aos cabo-verdianos, e eternizar, desta forma, a dominação colonial nos nossos países, porém sem se importar com a natureza perversa dos métodos e dos meios utilizados para tal conseguir. Estava, ainda, subjacente ao estratagema o plano que permitisse a conservação da colônia de Cabo Verde, visto o seu elevado valor geoestratégico (PIRES, 2015, p. XIV).

Na prática, a guerra colonial, na visão do combatente acima referido tinha como objetivo conquistar a simpatia e a adesão das populações nativas, desmoralizar os militantes e os combatentes, diminuindo sua capacidade combativa, e, por último, atuar sobre as próprias tropas revolucionárias do povo por forma a incentivar disponibilidade operacional ao serviço dos interesses do império colonial português.

Na mesma linha do pensamento, Agostinho Neto afirmava que:

os colonialistas portugueses esperavam vencer-nos rápida e facilmente. Mas, atualmente, o próprio Portugal passa por sérias dificuldades, visto que é obrigado a dispendir na guerra colonial mais de 40% de seu orçamento. O domínio colonial português não pode durar eternamente. Para isto, contribui também o fato de que lutam contra a guerra colonial, as forças progressistas de Portugal, os comunistas portugueses, o povo português que luta pela sua própria libertação e pela garantia dos direitos civis elemen-

tares (Torre do Tombo/Arquivo Salazar. Comentários sobre declaração de Agostinho Neto. Doc. nº 1113JAN69).

A análise documental permitiu entender os objetivos da luta pela libertação da África portuguesa na visão do Agostinho Neto e do Pedro Pires, bem como as estratégias para vencer a guerra nas colônias. Dizia Agostinho Neto, conforme o documento acima, que “as colônias portuguesas em luta já têm um órgão comum de coordenação. A nossa próxima etapa é a unificação dos nossos esforços com as ações dos movimentos de libertação de República Sul Africana e da Rodésia. E, se nós quisermos vencer, tal unidade é necessária e ela deve desenvolver-se e fortalecer-se”.

Ideias no lugar

Emanada das reflexões acima, a discussão em torno da luta pela libertação da África portuguesa é altamente pertinente. Fazemos tal afirmação porque estamos compreendendo a memória como um acontecimento histórico, já que ela não é individual, mas a manifestação de objetivos coletivos. Portanto, fica claro, que a memória dos combatentes “se ajusta às condições coletivas de sua expressão” (CANDAU, 2011, p. 66). Podemos, portanto, afirmar que as memórias representam fatos históricos de uma época, repleto daquilo que foi vivido nas trincheiras da guerra nas colônias. Apesar de haver uma distinção entre memória e história, essas são inseparáveis, na medida em que a “memória passou a ser objeto da história depois que se processou um trabalho lento de ajuste da historiografia às necessidades da coletividade do presente” (NORA, 1993 *apud* BENTO, 2014, p. 34).

Enquanto a memória vincula-se ao vivido, estando em permanente evolução, ligada à lembrança e ao esquecimento e passível de manipulações, “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993: 10). Enquanto a primeira liga-se ao presente, a segunda é a representação do passado. Enquanto a memória é afetiva e mágica, a história é uma operação intelectual crítica e laicizante. Enquanto a memória pertence a grupos e, por isso, há várias memórias, a história pertence a todos e a ninguém. Nesse sentido, Ricoeur (2003) firma que a memória pertence, em última instância, a única guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo.

De fato, os relatos dos combatentes da libertação giram em torno da memória dos grupos partidários. Em primeiro lugar, em torno do cotidiano da guerra nas colônias. Em segundo, em torno dos objetivos da luta armada, referindo-se ao que foi considerado uma das maiores ousadias de uma pequena elite culta de patriotas africanos. Como se pode ver, a luta de libertação que culminou nas independências:

não se resumia a um mero desejo de melhoria de condições materiais e sociais. A luta de libertação nacional é, sobretudo, uma questão de Direito. Os combatentes da liberdade bateram-se pela fruição de um direito sagrado e inalienável, que lhes era negado: o direito à autodeterminação e à independência dos seus Povos. O direito das nossas Nações a ter o seu Estado soberano. Consistiu no direito dos nossos Povos africanos a se apropriar ou a recuperar a sua soberania nacional usurpada: reconquistar o direito de ter história, de ter cultura e de ter identidade própria, enfim, de ser Homens e donos do seu Destino (PIRES, 2015, p. viii).

Podemos ter, não só, uma visão dos objetivos da luta armada, como também o percurso do PAIGC e do MPLA, numa perspectiva que permita uma visão global das estratégias para a libertação e independência de seus países. É claro que uma situação de guerra exige, no plano estratégico, a definição dos objetivos da luta. A preparação de um combatente que se prepara para lutar contra forças mais apetrechadas em meios adversos, admite um quesito, conforme o combatente moçambicano Cabaço (2007), a saber: por um lado, por que combater – a consciência de que se justifica pôr em risco uma vida que não vale a pena pela possibilidade de uma vida que valha apenas, isto é, a passagem do comportamento individual à ação política através da assunção de uma causa coletiva.

Poderíamos dizer que, para o Pedro Pires, como já apontado acima, o coletivo seria uma das razões do continuísmo dos objetivos da luta armada, com o assassinato do líder Amílcar Cabral, em 1973. O testemunho demonstra que “os combatentes cabo-verdianos presentes na Frente da Guiné, longe de se amedrontarem, mantiveram-se firmes e fiéis ao compromisso patriótico com a militância política libertadora por que tinham optado: continuaram corajosamente firmes nas fileiras do PAIGC e prosseguiram o combate libertador ao lado dos seus companheiros de armas guineenses, até a vitória definitiva sobre o poder colonial” (PIRES, 2015, p. XXII-XXIII). É nesse sentido que a PIDE informava que “quando morre qualquer terrorista de destaque, o pseudônimo que ele usava é dado ao que vai substituir. Assim, continuando a pronunciar aquele nome, o morto protege o seu representante em todos os seus momentos” (Torre do Tombo/Arquivo Salazar. Relatório imediato da delegação em Luanda, nº 134/69).

Partindo do entendimento de que não temos outro recurso melhor do que a memória para nos referirmos ao passado, Ricoeur procura abordá-la não a partir de suas deficiências, de suas disfunções, mas a partir de seus aspectos positivos. A memória vincula-se a uma ambição, a uma pretensão: ser fiel ao passado. Não há nada melhor do que ela para nos referirmos ao passado e “o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história” (RICOEUR, 2003, p. 80).

E neste sentido, nos termos deste artigo, temos a memória e a história, dialogando na compreensão da essência do que seria [foi] o pensamento embrionário dos movimentos de libertação nacional. Subjacente à lógica da guerra, em Pires, teríamos a destruição da lógica, os fins e a ideologia colonial. Impunha-se, assim, a erradicação de estereótipos rácicos alienantes de que essa ideologia comportava.

Portanto, a história e a memória são complementares e exerce, uma sobre a outra, uma fecundação recíproca. Por outro lado, longe de se fundirem, a memória é para a história a sua matriz, enquanto a história é para a memória, por seu espírito crítico, a condição de seu exercício regulado. A história deve partir dos testemunhos da memória e o seu objetivo deve ser o de instruir e iluminar a memória, desmascarando os falsos testemunhos.

Em síntese, a luta pela libertação tem de ser utilizada como meio na formação do cidadão contemporâneo, pois essa é a condição para a garantia de direitos humanos fundamentais consagrados nas constituições nacionais e na Carta das Nações Unidas.

Referências Bibliográficas

BENTO, Artur Monteiro. “Marcha hoje: o nascimento da república de Cabo Verde em 5 de julho de 1975”. In: *Revista Dia-Logos* – Revista dos alunos de pós-graduação de História da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, n. 8, outubro de 2014. pp. 31-42.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPOCO, Zeferino. *O nacionalismo e o estado: um estudo sobre a história política de Angola*. Tese (doutorado em Ciência Política). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013.

CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese (doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

MELO, Vitor; BITTENCOURT, Marcelo. “Sob suspeita: o controle dos clubes esportivos no contexto colonial português”. In: *Revista Tempo*. Niterói: UFF, vol. 18, n. 33, 2012. pp. 45-60.

MONIZ, Fátima. *Libertação e independência de Angola: a participação da Tanzânia na independência de Angola*. Rio de Janeiro: Artprint, 2018.

NORA, Pierre. “Entre a história e a memória: a problemática dos lugares”. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, 1993, pp. 07-28.

PIRES, Pedro. “Prefácio”. In: PEREIRA, José Augusto. *O PAIGC perante o dilema cabo-verdiano (1959-1974)*. Lisboa: Boitempo, 2015. pp. I-XXX.

RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Madrid: Trotta, 2003.

Documentos

Torre do Tombo/Arquivo Salazar. Comando-Chefe das Forças Armadas em Angola. Doc. n° 22/68, 29OUT68.

Torre do Tombo/Arquivo Salazar. Comentários sobre declaração de Agostinho Neto. Doc. n° 1113JAN69

Torre do Tombo/Arquivo Salazar. Relatório imediato da PIDE n° 128, 26JUN68.

Torre do Tombo/Arquivo Salazar. Atividades externas do MPLA. Doc. n°603/68-NBA-28MAR68.

Torre do Tombo/Arquivo Salazar. Relatório imediato da delegação em Luanda, n° 134/69.

